

Remando em Direção ao Município Saudável¹

*José Luiz Riani Costa*²

Introdução

A utilização da expressão Municípios Potencialmente Saudáveis é bastante apropriada, pois é necessário entender esta estratégia como um processo, como algo em construção permanente. Para a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS (1997), “o movimento em direção ao município saudável deve constituir uma imagem-objetivo que sirva de instrumento para conciliar esforços e recursos com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e os níveis de saúde”.

Na busca de lugares bons para se viver com qualidade de vida, diversos organismos internacionais têm formulado propostas de gestão de cidades (Cidades Saudáveis, Agenda 21 Local, Cidades Sustentáveis, Planejamento Estratégico de Cidades, etc.), que apresentam muitas características comuns, tais como:

- Ênfase na participação popular em todas as etapas do processo;
- Perspectiva de integração das diferentes políticas públicas;
- Valorização da questão ambiental;
- Políticas públicas inovadoras em diversas áreas;

¹ Adaptado de COSTA, J.L.R. Rio Claro é...uma Cidade Saudável? Volume 4 - “Coletânea Rio Claro: A Cidade Azul no Limiar do Milênio”.

² Professor da UNESP/Rio Claro e Ex-Secretário Municipal de Saúde de Rio Claro.

- Constituição de Redes de Municípios e formas de intercâmbio;
- Adoção de Indicadores que permitam a avaliação das ações.

Entre as propostas de gestão de cidades mencionadas, a que vêm ganhando maior amplitude é a apresentada pela Organização Mundial da Saúde - OMS. A criação de um ambiente saudável, para a OMS, faz-se através do desenvolvimento de políticas públicas que visem a melhoria das condições de vida e do fortalecimento da participação da comunidade. Neste sentido, um município saudável deve procurar garantir, permanentemente, os seguintes requisitos:

1. ambiente físico limpo e seguro
2. ecossistema estável e sustentável
3. alto suporte social, sem exploração
4. alto grau de participação social
5. necessidades básicas satisfeitas
6. acesso a experiências, recursos, contatos e interações
7. economia local diversificada e inovativa
8. orgulho e respeito pela herança biológica e cultural
9. serviços de saúde acessíveis a todos
10. alto nível de saúde (OMS, 1995).

A OPAS (1997), com o objetivo de ampliar o Movimento de Municípios Saudáveis na América Latina, divulgou um documento que apresenta vinte passos para o desenvolvimento do projeto, divididos em três fases:

Fase Preparatória (Inicial), com 7 passos

Fase de Organização (Planejamento), com 7 passos

Fase de Ação (Consolidação), com 6 passos

Ao enfatizar que município saudável não é aquele que tem apenas um bom sistema de saúde mas sim o que desenvolve, com o apoio da comunidade, um conjunto de políticas públicas voltadas ao bem-estar de seus habitantes, a proposta da OMS guarda estreita relação com o processo de planejamento participativo destinado à elaboração e implementação

do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal. Embora até o momento nem todos os municípios da região tenham formalizado sua inserção na Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis, alguns passos importantes têm sido dados nesta direção, especialmente com a colaboração do Comitê das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Comitê PCJ, como o que acontece no Município de Rio Claro que será abordado neste texto.

A seguir, será apresentada uma avaliação da situação do município de Rio Claro em relação aos dois requisitos propostos pela OMS mais relacionados com a questão ambiental.

Ambiente físico limpo e seguro

Os aspectos sociais, econômicos e culturais, com justiça, vêm sendo bastante destacados no estudo da questão urbana; no entanto, muitas vezes, falta uma reflexão sobre as relações do homem com os demais componentes da natureza, entre os quais destaca-se o meio físico. A geomorfologia, a hidrografia, a geologia, o clima, entre outros fatores, podem ser decisivos na estruturação de uma cidade. Assim, o traçado das ruas, a densidade de ocupação, o tipo de edificação e a localização das atividades econômicas, devem considerar as características do meio físico. Em Rio Claro, como a área central se desenvolveu em um interflúvio com relevo pouco acidentado, foi possível propor um arruamento em “tabuleiro de xadrez”, mas, com a expansão da área urbana em direção aos vales dos rios Corumbataí e do Ribeirão Claro, esta estrutura mostrou-se inadequada.

Até a década de 1970, Rio Claro apresentava uma estrutura urbana que facilitava a gestão da cidade, mas o crescimento da população, em função do fluxo migratório induzido pela industrialização, e a estratégia adotada por loteadores particulares, deixando enormes vazios urbanos, com a conivência da administração municipal de então, produziram uma cidade com graves problemas no ambiente físico, trazendo grandes riscos à segurança da população, especialmente nas regiões periféricas, tais como:

- Processos erosivos que ameaçam a segurança de habita-

ções e impedem ou dificultam a circulação de veículos e pedestres.

- Áreas sujeitas a inundações densamente ocupadas por moradias, serviços públicos e atividades comerciais.
- Terrenos baldios onde cresce o mato e se acumula lixo, propiciando a proliferação de insetos, roedores e outros animais.
- Córregos contaminados por esgoto doméstico e industrial, com perigo maior nos trechos em que ocorrem enchentes.
- Contaminação de mananciais de água para abastecimento.
- Grande número de vias públicas sem pavimentação, o que dificulta a manutenção, além do assoreamento dos córregos.

O enfrentamento de tais problemas gerados ao longo de muitos anos demanda recursos de investimento (obras e equipamentos) e de custeio (manutenção) que comprometem seriamente o orçamento municipal, dificultando a implementação de novos programas (COSTA, 1997).

Ecosistema Estável e Sustentável

Em geral, as cidades se desenvolvem em espaços que já sofreram intervenção do homem, com a destruição da vegetação natural, especialmente através da agropecuária. Assim, mesmo antes da urbanização, as matas ciliares dos rios e córregos encontram-se, quase sempre, removidas ou seriamente danificadas. Em Rio Claro, excetuando-se a Floresta Estadual, uma área verde de grandes proporções existente nos limites da área urbana, o Jardim Público localizado no centro da cidade e algumas praças e ruas arborizadas, a cidade não se preocupou com a vegetação no espaço urbano. Criada em 1997, uma Comissão de Praças e Jardins vem implementando um plano de recomposição das matas ciliares e de arborização urbana.

Outro aspecto importante a ser considerado neste item é o problema do esgoto domiciliar. Embora praticamente todos os bairros contem com rede de coleta de esgoto, até recente-

mente todo o volume coletado no distrito sede do município era lançado *in natura* nos rios da região. Neste sentido, Rio Claro vem implantando as Estações de Tratamento de Esgoto, dentro de um Plano de médio prazo, sendo que atualmente estão em funcionamento duas ETEs, correspondendo a cerca de 30% do esgoto produzido na área urbana, devendo chegar a 100% em 2010. Discute-se, neste momento, a forma de implantar novas estações de tratamento de esgoto, utilizando tecnologias que não gerem outros problemas ambientais. O Comitê PCJ vem promovendo a discussão conjunta da ampliação do tratamento de esgoto, de modo a evitar a luta fratricida dos municípios por recursos de outras esferas de governo, visando benefícios aos diversos municípios que pertencem à bacia.

Fora da área urbana, as atividades de mineração, especialmente as pedreiras e as empresas de extração de areias, de argila e de calcário, têm causado sérios prejuízos ao meio ambiente, mas vêm sendo orientadas a recuperar as áreas degradadas e a introduzir práticas adequadas quando do início de novas atividades. A agricultura, da forma como vem sendo praticada, também agride intensamente o meio ambiente, invadindo as margens dos corpos d'água e poluindo com pesticidas o ar, a água e o solo. No caso da cana-de-açúcar, as queimadas provocam danos ao solo, aos resquícios de vegetação natural e poluem a atmosfera, causando problemas de saúde e incômodo à população urbana e rural.

Com relação aos resíduos industriais, tanto líquidos como sólidos, o município de Rio Claro, como outros municípios da região, tem sofrido sérias ameaças à saúde da população e destruição de recursos naturais. Em função disso, o Comitê PCJ vem buscando apoiar os municípios para o encaminhamento conjunto do problema, inclusive a idéia da constituição de um Consórcio Intermunicipal. Muitas das depredações ambientais promovidas em Rio Claro e região foram objeto de laudos periciais que resultaram em um livro publicado pelo Laboratório de Planejamento Municipal da UNESP (MAURO, 1997).

A Busca Permanente

A presença de uma universidade como a UNESP no município, com diversos cursos relacionados à questão am-

biental (Ecologia, Geografia, Biologia, Geologia, etc.), contribuiu para que Rio Claro tivesse uma das Leis Orgânicas mais avançadas neste campo. Esta participação na vida da cidade intensificou-se, ainda mais, na segunda metade da década de 90, com presença de diversos professores em diferentes secretarias, além de vários projetos conjuntos.

A administração municipal vem estimulando a participação da comunidade na formulação, implementação e avaliação das diferentes políticas públicas, através dos diversos Conselhos Municipais existentes e da realização de Conferências Municipais temáticas, além do Orçamento Participativo. Rio Claro foi pioneiro na realização das Conferências da Cidade, que permitem a abordagem transdisciplinar dos desafios urbanos.

Rio Claro também tomou a iniciativa de estabelecer diálogo com outros municípios da região, buscando formas de atuação conjunta, passando a atuar fortemente no Comitê PCJ, o que fez com que o Prefeito Cláudio de Mauro fosse escolhido seu Presidente. O município buscou, ainda, trocar experiência com municípios de outros países que apresentam semelhanças com o Brasil, fazendo parte do Mercocidades e da Rede Urb-AL.

Mais recentemente, Rio Claro formalizou sua entrada na Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis, o que deverá aumentar a troca de experiência com outros municípios que também estão buscando soluções alternativas para muitos dos problemas comuns à maioria de nossas cidades. Outro aspecto importante da participação na Rede é o estabelecimento de indicadores que permitam a avaliação comparativa dos diversos municípios, bem como, que um determinado município possa acompanhar a evolução das políticas públicas levadas a efeito.

Algumas Ações Possíveis

Com a participação de Rio Claro na Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis, espera-se que algumas propostas apresentadas recentemente sejam implementadas, com des-

taque para a questão das microbacias hidrográficas da área urbana, que geralmente são vistas como graves problemas ao desenvolvimento urbano, mas que devem ser entendidas como oportunidades de integrar diversas ações, envolvendo diferentes setores da administração municipal, visando o atendimento de um conjunto de necessidades da população. Assim, propõe-se a abertura de um Concurso de Idéias para a intervenção nesses espaços, conciliando, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) Recuperação da qualidade da água,
- b) Recomposição da mata ciliar,
- c) Implantação de ciclovia e locais para caminhadas,
- d) Instalação de áreas de lazer e esportes,
- e) Construção de vias de tráfego que não interfiram na dinâmica da bacia hidrográfica.

Outra proposta é a Revitalização da Floresta Estadual existente junto à área urbana de Rio Claro, através do desenvolvimento de programação integrada, envolvendo, entre outras as áreas de Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, tais como:

- a) Caminhada do Conhecimento, com monitores de várias áreas: educação física, biologia, ecologia, geografia, geologia, etc.;
- b) Ginástica Natural/Ecológica utilizando as condições naturais de relevo e vegetação;
- c) Trilhas para Passeios a Cavalo e de Bicicleta;
- e) Integração com o Transporte Coletivo, facilitando o acesso.

Em suma, a busca por um município saudável não se resume a estruturar um bom sistema de saúde (embora isto seja muito importante): é necessário, com a participação da sociedade, garantir qualidade de vida a todos os cidadãos.